

DECRETO Nº 042/2021

**ESTABELECE CALENDÁRIO FISCAL DE
ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS
MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE
2021.**

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONDE, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, o que dispõe a Lei Municipal Nº0967/2017 – Código Tributário Municipal e demais legislações vigentes.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido o Calendário Fiscal de Arrecadação de Tributos Municipais para o exercício de 2021 nos termos e condições dispostos neste Decreto.

Art. 2º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU referente ao exercício de 2021 terá o vencimento conforme estabelecido nos incisos abaixo:

I – em parcela única, com desconto de 15% (quinze por cento), com prazo de pagamento até 30 de setembro de 2021;

II – em parcela única, sem desconto, com prazo para pagamento até 30 de novembro de 2021; e

III – em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, sem acréscimos legais, com as seguintes datas de vencimento:

- a) 1ª parcela para pagamento até 30 de setembro de 2021;
- b) 2ª parcela para pagamento até 31 de outubro de 2021; e
- c) 3ª parcela para pagamento até 30 de novembro de 2021.

§1º. Na hipótese do inciso III do caput deste Artigo fica estabelecido:

I – o pagamento da primeira parcela até a data do vencimento – 30 de setembro de 2021, implica em adesão ao parcelamento oferecido;

II – após adesão ao parcelamento, o não pagamento de qualquer das parcelas até o último dia para pagamento da parcela seguinte, ou o não pagamento da última parcela até o final do prazo de encerramento do parcelamento, implica imediata revogação do parcelamento e

inscrição do saldo devedor do tributo em Dívida Ativa, com a incidência dos acréscimos legais;
e

III - após adesão ao parcelamento, o não pagamento de qualquer parcela que não configure a hipótese de revogação do parcelamento prevista no Inciso II deste parágrafo implica incidência dos acréscimos legais.

§ 2º. O não pagamento do tributo na forma e prazos estabelecidos nos Incisos I, II e III do caput deste artigo, implica na inscrição do débito em Dívida Ativa após o decurso do último prazo estabelecido para sua quitação, com os acréscimos legais.

§3º. A parcela mínima para o parcelamento do tributo de que trata o Inciso III do caput deste Artigo não poderá ser inferior a 1 (uma) UFR-PB (Unidade Fiscal de Referência da Paraíba) do mês de lançamento do Tributo.

Art. 3º. A tempestiva impugnação de lançamento de IPTU, apresentada no exercício de 2021, assegura ao contribuinte o desconto de 15% (quinze por cento), desde que a mesma tenha sido total ou parcialmente deferida e o pagamento do tributo ocorra em parcela única no prazo de 45(quarenta e cinco) dias contados da data da revisão do lançamento, ou no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação da resposta da impugnação referida, o que for maior.

Art. 4º. A Taxa de Coleta de Resíduos – TCR terá seu vencimento no dia 30 de novembro de 2021.

Art. 5º. Para efeito dos pagamentos dos Tributos dispostos neste decreto os prazos que se encerrarem em dia não útil serão postergados para o primeiro dia útil seguinte ao fixado para o pagamento.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Conde, 02 de agosto de 2021

KARLA MARIA MARTINS PIMENTEL RÉGIS
Prefeita de Conde